

23/12/2015 às 05h00

O clique do ódio

Por João Luiz Rosa | De São Paulo



No ano que vem, faz 30 anos que Simone de Beauvoir morreu, mas isso não impediu que em 2015 a filósofa e ativista francesa se tornasse alvo de ataques e xingamentos on-line no Brasil, onde esteve em 1960. A ira foi despertada por uma questão do Enem. O exame nacional do ensino médio citava uma frase de Beauvoir: "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher". Foi o suficiente para despertar manifestações indignadas na web.

Um promotor de Justiça de Sorocaba (SP) chamou a feminista de "baranga" em uma rede social e o verbete de Beauvoir na Wikipédia foi vandalizado, com 46 modificações em quatro dias. Escreveram que ela defendia a pedofilia, tinha cooperado com os nazistas e não entendia nada de biologia. Em Campinas (SP), a câmara municipal chegou a votar um moção de repúdio. O argumento de um vereador? O de que se Beauvoir estivesse certa, Adão teria sido criado com dois órgãos genitais.

O episódio em torno da identidade de gênero não foi o único a fomentar reações extremas na web em 2015. A rede mundial, que já havia sido palco de uma violenta polarização entre simpatizantes e opositoristas do governo federal no ano passado, assistiu a virulentos ataques raciais contra personalidades da TV, como a jornalista Maria Júlia Coutinho e atriz Taís Araújo, e serviu de plataforma para a propaganda ideológica do Estado Islâmico, que conseguiu recrutar seguidores ao redor do globo.

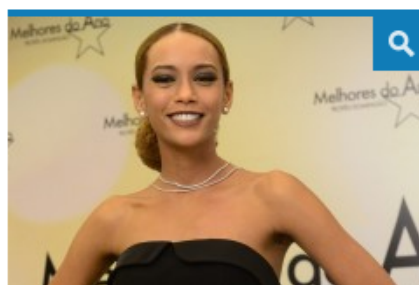


Foto da atriz Taís Araújo no Facebook foi alvo de comentários racistas em outubro

Com esse retrospecto, uma pergunta é inevitável: como a internet - vista inicialmente como um espaço aberto à diversidade e um ambiente propício à discussão de ideias - tornou-se um campo tão fértil para a manifestação da intolerância?

"A web é um periscópio da vida moderna", diz o pesquisador Celso Figueiredo, professor de mídias sociais da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. A metáfora foi originalmente usada pelo teórico canadense Marshall McLuhan (1911-1980) para explicar a televisão, mas se aplica ainda melhor à internet, afirma. Como uma lente que só consegue focalizar uma porção restrita de um cenário incomparavelmente maior e que acompanha o olhar do usuário, a internet estimula a que as pessoas se agrupem com quem compartilha gostos e posições semelhantes. Isso funciona como um sistema de reforço de ideias e empurra para o campo adversário as pessoas com opiniões divergentes. Foi o que se viu nas disputas verbais entre "coxinhas" e "mandiocas" - críticos versus apoiadores do governo Dilma Rousseff e do PT - e entre quem se desentendeu sobre duas tragédias recentes: o desastre ambiental em Mariana (MG) e os ataques terroristas em Paris. A discussão era sobre que fato merecia mais atenção da mídia e da sociedade.



Maria Júlia Coutinho sofreu ataques na página do 'Jornal Nacional' no Facebook

Além desse caráter divisório, outro elemento dá fôlego às manifestações de intolerância, afirma Figueiredo - é o chamado conceito da autoridade minimizada. "Trata-se da ilusão de que na web somos todos iguais", diz o professor. Eis o que ocorre: como as pessoas comuns, passaram a usar regularmente as redes sociais políticos e autoridades, atletas e empresários. O papa Francisco tem mais de 20 milhões de seguidores em suas nove

contas no Twitter e o jogador Cristiano Ronaldo reúne 108 milhões de fãs em seu perfil no Facebook.

Quando uma dessas celebridades faz um "post", qualquer pessoa tem a oportunidade de dar uma resposta ou fazer comentários no mesmo canal, de forma direta, como se tivesse a mesma influência do interlocutor conhecido. É como se esse relacionamento fosse de igual para igual. A autoridade de quem é mais influente parece minimizada e muita gente, que jamais encontraria o personagem famoso no mundo real, se sente no direito de falar o que quiser na internet.

Mas a percepção dominante por trás dos comentários agressivos e das manifestações de intolerância é outro. "É a sensação de que na web você não pode ser rastreado e, mesmo que seja, não será punido, porque a prova seria obtida por meio ilícito", diz Paula Tonani, da Tonani Advogados.

A maioria das pessoas ignora que é possível rastrear de onde vem um determinado conteúdo ao localizar o endereço IP, um conjunto de números que funciona como uma carteira de identidade dos dispositivos ligados a uma rede. Ao abrir uma investigação, a Justiça pode obter um endereço IP, sem ferir direitos constitucionais, e processar e punir o autor de um abuso virtual.

"Toda forma de comunicação em que puder se identificar remetente e destinatário pode ser usada como meio de prova", afirma Paula. Isso inclui meios recentes, como o aplicativo de mensagens WhatsApp, um dos mais populares no país.

A advogada tem insistido com as empresas para as quais trabalha que criem regras bem definidas para disciplinar o uso da internet entre seus funcionários, em especial as redes sociais. Estabelecer um código claro pode ajudar a evitar que marcas tradicionais acabem arranhadas por causa do comentário pejorativo de um empregado, mesmo que ele não esteja falando oficialmente em nome da empresa.

Um dos pontos críticos é a instantaneidade. Ao ver em seu perfil na rede social apenas os nomes de amigos e familiares, muita gente se esquece de que, na web, está falando a um público sem fronteiras. Dependendo das restrições de acesso, qualquer pessoa com uma conexão à internet é um interlocutor em potencial. Isso faz com que um comentário que teria repercussão restrita na mesa do bar ganhe uma dimensão incalculável no meio digital.

Para a socióloga Rosana Schwartz, o fenômeno da intolerância na web é consequência direta de um conjunto de características agrupadas sob o chapéu da hipermodernidade. Nesse amálgama estão combinados tecnologia avançada, individualismo exagerado, senso aguçado de competição e relações pessoais frágeis. "Não existem mais utopias, heróis ou ídolos", diz Rosana, que também é professora na Universidade Mackenzie. Na falta desses elementos, as pessoas estão se voltando a causas pessoais. O resultado é uma fragmentação social, que cria oportunidade para manifestações preconceituosas ou racistas.

Mas isso não quer dizer que a sociedade brasileira esteja ficando mais retrógrada.

Desde a Constituição de 1988, o país avançou em relação aos direitos civis e políticos, o que abriu espaço para a organização de grupos de pressão em favor de mulheres, negros, gays, sem-terra etc. Esses grupos passaram a ser mais ouvidos pela mídia porque representavam elementos sociais novos, diz Rosana.

Agora, com a internet, vozes discordantes - que já existiam, mas se mantinham silenciosas ou não recebiam tanto destaque - passaram a se manifestar com mais frequência e ganharam visibilidade. É preocupante quando esse enfrentamento é feito na base do radicalismo ou do preconceito, mas o fenômeno é tanto resultado da tecnologia como da democracia, ressalta a professora. "Vale lembrar que na ditadura não se falava nem de um lado nem de outro. O único discurso era o oficial, do Estado."



A filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) despertou reações na web devido a citação, pelo Enem, da frase "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher"

Para Figueiredo, esse embate revela um descompasso entre a cultura individual e o esforço em torno do avanço social. "A sociedade está caminhando mais depressa que o indivíduo", afirma.

O ponto positivo desse quadro é que, quando fica patente na internet, o preconceito reafirma a existência de problemas históricos de longa duração que não foram totalmente superados e desperta a necessidade de que a questão seja mais bem encaminhada. É o caso do preconceito racial. "Isso é importante porque só quando você percebe [o preconceito] é que pode desconstruí-lo", diz a professora Rosana.

O futuro? Parece consenso que para uma internet mais tolerante não é necessário criar leis específicas para o meio digital. A maior parte dos crimes praticados no ciberespaço já está prevista. "Precisamos é de mais fiscalização e punição para quem erra", afirma a advogada Paula Tonani. Delegacias especializadas nos grandes centros têm se mostrado úteis, mas ainda são em número insuficiente. Nas cidades menores, a situação é mais crítica porque falta conhecimento técnico para tratar dessas questões.

Mas a reação não vem apenas das autoridades. A própria sociedade tem um papel essencial. É o que se tem visto nos episódios de abusos on-line que ganharam as manchetes recentemente. Ao saber dos casos, um grande número de pessoas reage ao preconceito para dar conforto às vítimas e pedir providências contra os culpados.

Para Rosana Schwartz, a despeito do barulho promovido pelos radicais, os coletivos e grupos de defesa dos direitos civis vão superar quem usa a internet para manifestar intolerância. O importante, dizem os especialistas, é não confundir meio e mensagem. Quando a Revolução Industrial começou na Inglaterra, diz Rosana, a população invadiu as fábricas para destruir as máquinas por temer o desemprego. É preciso prudência para não culpar a internet pelo que alguns fazem com ela.